

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.500 - RS (2018/0079672-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA
ADVOGADOS : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648
LEONARDO CAMIZA MACHADO - RS099920
AGRAVANTE : IONI ROLIM DOS REIS
ADVOGADO : HENRIQUE MENDES RIBEIRO DA ROCHA - RS046655
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AÇÃO DECLARATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ÍNDICE DE SINISTRALIDADE. ABUSIVIDADE. RESTITUIÇÃO SIMPLES. ALTERAÇÃO DO TIPO DE ACOMODAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA.

I. Em se tratando de plano de saúde coletivo, não há percentual previamente fixado pela Agência Nacional de Saúde - ANS, devendo a operadora apenas informar o reajuste anual aplicado, o qual poderá ser livremente negociado com a contratante. Inteligência do art. 8º, da Resolução Normativa nº 128/2006, da Diretoria Colegiada da ANS e do § 2º do art. 35-E, da Lei nº 9.656/98.

Ademais, ainda que a contratação original tenha sido anterior à entrada em vigor da Resolução Normativa nº 128/2006 e da Lei nº 9.656/98, tais diplomas legais são perfeitamente aplicáveis à situação dos autos, haja vista que o contrato em tela, por ser de trato sucessivo, renova-se anual e automaticamente.

II. Contudo, mostra-se abusivo o reajuste em decorrência do índice de sinistralidade, pois permite a majoração apenas em benefício da operadora do plano de saúde, deixando de considerar a possibilidade de o contrato tornar-se extremamente oneroso ao beneficiário.

Afronta à boa-fé contratual, prevista no art. 422, do Código Civil, o que impõe a declaração de nulidade da referida cláusula contratual.

Superior Tribunal de Justiça

III. Ademais, embora a contratação original tenha sido anterior à entrada em vigor da Instrução Normativa nº 49, de 17.05.2012 e da Resolução Normativa n.º 363, de 12.12.2014, tais diplomas legais são perfeitamente aplicáveis à situação dos autos, haja vista que o contrato em tela, por ser de trato sucessivo, renova-se anual e automaticamente.

IV. Cabível a restituição simples dos valores pagos a maior, observada a prescrição trienal.

Quanto à prescrição, o egrégio STJ, no julgamento do REsp nº 1.360.969/RS e do REsp nº 1.361.182/RS, e para os efeitos do art. 1.036, do CPC, consolidou entendimento de que incide o prazo trienal previsto no art. 206, § 3.º, IV, do Código Civil, para a pretensão condenatória decorrente da declaração de nulidade de cláusula de reajuste prevista em contrato de plano de saúde.

V. De outro lado, não houve a modificação contratual apontada pela autora, mas tão somente alteração no que tange à nomenclatura da acomodação, passando de "semi-privativa" para "coletiva". Além disso, a autora não demonstrou qualquer diferença na acomodação após a mudança de nomenclatura, ônus que lhe incumbia, na forma do art. 333, I, do CPC/1973 (art. 373, I, do CPC/2015).

VI. Por fim, de acordo com o art. 85, § 11, do CPC/2015, ao julgar recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado vencedor, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observados os limites estabelecidos nos §§ 2.º e 3º para a fase de conhecimento. Contudo, como ambas as partes lograram êxito no grau recursal, descabe a aplicação do aludido dispositivo. APELAÇÕES PROVIDAS." (e-STJ fls. 363/364).

Opostos embargos de declaração por IONI ROLIM DOS REIS, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 397).

Os aclaratórios opostos por UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA foram igualmente rejeitados (e-STJ fl. 404).

Em sede de recurso especial, UNIMED esclarece, de início, que a controvérsia tem origem na "ação de obrigação de fazer combinada com indenização por dano moral, na qual a parte recorrida refere que sofreu alterações unilaterais realizadas pela parte recorrente no contrato do qual é beneficiária" (e-STJ fl. 426).

Superior Tribunal de Justiça

Na sequência, alega contrariedade aos artigos 478 e 479 do Código de Processo Civil/2015, ao sustento de que o reajuste anual aplicado baseou-se nos exatos termos do contrato, não podendo ser confundido com o reajuste por sinistralidade, o qual é igualmente previsto contratualmente, assim a aplicação do reajuste por sinistralidade é lícita .

Diz, ainda, ofensa ao artigo 35 e parágrafos da Lei n.º 9.656/1998, defendendo que "a manutenção do contrato, em caráter personalíssimo, é garantida por lei, no que se deve manter os contratos originais, nas coberturas assistenciais nele pactuadas" (e-STJ fl. 430).

Por fim, aduz malferimento do artigo 54, § 4.º, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que "não há qualquer nulidade em limitar as obrigações da recorrente no contrato sub judice", sendo certo que "a cláusula restritiva tem sua legalidade reconhecida, sendo compatível com os princípios econômicos de estabilidade do mercado nacional, de equilíbrio financeiro do contrato e com os princípios da boa -fé e da equidade" (e-STJ fl. 431).

Não houve contrarrazões ao recurso especial de Unimed (cf. e-STJ fl. 458).

Nas razões do agravo, a agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre (e-STJ fls. 494/500).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece guarida.

Diante da relevância das razões apresentadas no agravo, deve ser determinada a sua autuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, "d", do Regimento Interno deste STJ, dou provimento ao agravo para determinar a sua autuação como recurso especial.

Após a regularização do novo registro, voltem os autos conclusos para julgamento do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator

